A INFLUÊNCIA DO AGRONEGÓCIO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO UM PRINCÍPIO BÁSICO DA EDUCAÇÃO NEOLIBERAL

Andressa Rafaelly Mendes Frazão
Universidade Federal do Piauí
Eixo 01 – Fundamentos teóricos da educação
andressarmf11@gmail.com

Resumo

O presente estudo buscar compreender como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem sido influenciada pelos interesses empresariais do agronegócio e de que maneira essa influência se manifesta na Educação do Campo. Buscou-se também identificar os interesses empresariais do agronegócio presentes nas propostas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); analisar a influência do agronegócio na escola do campo e investigar os impactos para a formação desses sujeitos inseridos no ali inseridos. A aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em sua primeira versão homologada em 2017, a partir da lei 13.415, teve como principal alvo das reformas no currículo brasileiro o Ensino Médio, em consonância com a LDB 9394/1994. Para Dantas (2019), a aprovação da nova BNCC nada mais é do que a comercialização da educação pública brasileira. “Uma massa de jovens inseridos no mundo do trabalho com uma formação simples para o trabalho simples; com compreensões restritas sobre o conhecimento histórico’’ raciocínio Libânio (2018), afirma,o neoliberalismo trata a educação escolar, particularmente na escola pública, como lugar privilegiado de concretização de estratégias globais de mudanças educacionais para países considerados periféricos em relação ao desenvolvimento econômico. Como metodologia, fizemos uso da abordagem qualitativa a partir do uso de: revisão bibliográfica, pesquisa documental, via análise da Lei nº 13.415/2017.

Palavras-chave: **Agronegócio. Educação do Campo. Neoliberalismo.**

1. Introdução

O presente estudo buscar compreender como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem sido influenciada pelos interesses empresariais do agronegócio e de que maneira essa influência se manifesta na Educação do Campo. Buscou-se também identificar os interesses empresariais do agronegócio presentes nas propostas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); analisar a influência do agronegócio na escola do campo e investigar os impactos para a formação desses sujeitos inseridos no ali inseridos.

A aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em sua primeira versão homologada em 2017, a partir da lei 13.415, teve como principal alvo das reformas no currículo brasileiro o Ensino Médio, em consonância com a LDB 9394/1994. Nesse sentido, Oliveira, Araújo e Silva (2020) apontam: "marcada por uma flexibilização seletiva; a centralidade do sistema nacional de avaliação da educação básica como indicador sênior da qualidade da educação brasileira"(p.306). Em consonância com os fatores que ligam à aprovação do novo currículo educacional, a hegemonia neoliberal busca desenvolver nos sujeitos a responsabilização subjetiva na qual os indivíduos serão responsabilizados por seu sucesso profissional, tendo como ponto central o desenvolvimento da economia, abraçando os princípios da educação globalizada.

Com o empresariamento da educação, ao reduzi-la a condição de mercadoria e subordiná-la inteiramente à lógica empresarial, a BNCC funciona como mecanismo de definição do controle da qualidade da mercadoria-educação, de acordo com o padrão do mercado, a ser rigorosamente controlada por um sistema de avaliação externa. Todos os esforços deverão, portanto, ser empreendidos para se alcançar o padrão. A diversidade é reconhecida e admitida, mas, efetivamente, só estará ao alcance dos gostos mais refinados, em condições de pagar o preço do luxo, num mercado educacional flexível que dispõe de uma educação diferente, conforme o bolso do freguês. Nesse cenário, a base efetivamente é o mercado. (Oliveira, Araújo, Silva, 2020, p. 9).

Para Dantas (2019), a aprovação da nova BNCC nada mais é do que a comercialização da educação pública brasileira. “Uma massa de jovens inseridos no mundo do trabalho com uma formação simples para o trabalho simples; com compreensões restritas sobre o conhecimento histórico’’ (p. 50).

O Brasil, é historicamente Patrimonial e latifundista (Jesus, p. 168), e a influência do agronegócio na educação do campo reside nessa lógica capitalista e neoliberal, e a concentração de poder nas mãos do sistema empresarial é um viés planejado e executado. Essa influência fica a cargo de quem dita as regras. E a inserção de ideias fica a cargo do poder dominante e essa dominação só é possível quando Estado trabalha a favor desse sistema para que o público que integra o campo passe a reproduzir e não questionar.

Paralelo à política de fortalecimento do agronegócio no campo, o que provoca cada vez mais a expulsão das famílias, no âmbito da educação, cresce o número de escolas fechadas, criação de escolas nucleadas e deslocamento de crianças e jovens para sede dos municípios para realizar a sua escolarização. O descaso com a educação do campo é o reflexo da relação de exploração das nossas riquezas e dos agricultores. O agronegócio e a instalação de empresas nacionais e transnacionais produzem uma nova organização do trabalho que afasta cada vez mais os agricultores, ribeirinhos, extrativistas, das possibilidades de continuarem reproduzindo sua vida no campo. (Jesus, 2015, p. 178).

O fortalecimento do agronegócio, vai desencadeando disputas por terras e, consequentemente, pelo direito à educação. O agronegócio mantem parcerias público privado e com o poder estatal e jurídico. E com tal influência avança conjuntamente com organizações privadas na consolidação de projetos para a privatização da educação pública e para a reforma do novo ensino médio, que consequentemente é a preparação desses jovens para o mercado de trabalho.

A educação neoliberal, em parceiria com o agronegócio fortalce o imaginario formativo dos sujeitos se apropriando dos meios de vida, contendo em seus slogans a ideia de desenvolvimento, quando na realidade apenas mascara suas reais intenções, atropelando a sociedade, os povos do campo, os indígenas e os quilombolas, avançando em todas as dimensões sociais, culturais e ideológicas.

Como metodologia, fizemos uso da abordagem qualitativa a partir do uso de:revisão bibliográfica considerando autores-chaves como: Santos (2017); Kolling, Nery e Molina (1999); Libânio (2018); Diógenes e Silva (2020); Leite e Medeiros (2012) e Molina (2009); pesquisa documental, via análise da Lei nº 13.415/2017.

2. Seções do trabalho

O presente trabalho foi organizado em três eixos principais. No primeiro eixo, buscou-se discutir o contexto histórico da educação brasileira e os processos causais da influência neoliberal na Base Comum Curricular. Em seguida, analisamos como o neoliberalismo se manifesta nas políticas públicas educacionais e nas transformações que orientam a BNCC, elencando os interesses comerciais e filantrópicos na mercantilização da educação e a ligação do agronegócio com a educação do campo. Por fim, compreendemos que a educação do campo é contra-hegemônica como princípio de resistência para a permanência da escola do campo.

3. Desenvolvimento

De acordo com Rubens Corrêa (2013), a história da Educação no Brasil até o século 19, teve caráter eminentemente elitista, constituindo-se em acesso para poucos, em uma sociedade escravista e com a maioria de analfabetos. As iniciativas na área da educação ficaram a cargo de particulares, religiosos ou leigos, priorizando o Poder Público a promoção do ensino superior. Poucas escolas, negligência na formação de professores, ausência de um sistema escolar.

Um movimento conhecido como Escola Nova, nos anos 1920, concebia a educação como uma forma de democratização da sociedade. Logo, defendia, a escola pública, gratuita, laica e obrigatória como maneira de oferecer oportunidades iguais para todos (Corrêa, 2013). Esse pensamento inspirou importantes reformas educacionais e trouxe para o Estado a responsabilidade com a Educação. Entretanto, a ênfase dessa educação foi a escola de formação técnica e profissional, e a educação.

Segundo Corrêa (2013), somente a partir de 1985, com a transição do regime militar para o Estado Democrático de Direito, renova-se as esperanças de que a educação escolar se tornaria, uma prioridade na agenda das autoridades dirigentes do Brasil.Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 vem tratar de forma ampla a educação. Segundo a Constituição Federal de 88, expressa que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da

pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988. p. 123).

Como podemos analisar, o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 proclama que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No entanto, percebemos que nem todos têm esse direito garantido. Igualmente, percebemos que o modelo de educação neoliberal que se apresenta nas escolas está muito mais voltado para a formação de mão de obra que para o exercício da cidadania.

Os artigos 206 a 214 apresentam princípios chaves para os processos educativos como a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; progressiva universalização do ensino médio gratuito; oferta de ensino noturno regular; liberdade de pensamento nas escolas e nas universidades; gratuidade do ensino público e valorização dos profissionais (BRASIL, 1988), mas tais princípios não são efetivados no momento de execução das políticas públicas. Isso acontece porque, como bem menciona Corrêa (2013, p. 34), “os dispositivos legais e administrativos do sistema de ensino estão sujeitos a interesses políticos eeconômicos, pois resultam do embate das forças sociaisque se movimentam na sociedade”.

Nesse sentido das disputas, apresentamos teoricamente duas propostas de educação: uma educação no contexto neoliberal e uma proposta de educação do Campo.A ideologia neoliberal surgiu da necessidade de reformas que orientem o capitalismo com ideias liberais que giram em torno de alavancar a economia. Diógenes e Silva (2020), afirmam que tal ideologia se materializa e se reafirma na “defesa das igualdades e das vicissitudes individualistas como ponto de partida e de chegada das relações humanas, depois de se ter consagrado como direito universal o Estado do bem-estar social” (p. 352). Ou seja, a ideologia defende ser a liberdade do indivíduo dentro da lei, a melhor forma de alcançar, por meio de métodos pragmáticos, a prosperidade e o progresso.

A consolidação do neoliberalismo se compõe nos moldes dessa política hegemônica se fixando dentro da economia capitalista e subalternizando as questões sociais e promovendo diferentes estruturas para o mercado de trabalho e, com isso, afetando principalmente as classes populares do campo marginalizadas tanto periféricas quando camponesas, quilombolas, indígenas, ou seja, as classes populares são as principais afetadas por essa ideologia neoliberal.

Segundo Caldart (2012), essa lógica adentra à educação para subordinar a educação ao mercado.Seguindo esse raciocínio Libânio (2018), afirma,o neoliberalismo trata a educação escolar, particularmente na escola pública, como lugar privilegiado de

concretização de estratégias globais de mudanças educacionais para países considerados periféricos em relação ao desenvolvimento econômico (também denominados países em desenvolvimento, ou países emergentes), cujas finalidades educativas de formação escolar centram-se em interesses capitalistas de formação imediata para o trabalho, em ligação direta com o mercado. (Libânio 2018, p. 24).

Libânio (2018), vai reafirmar que na perspectiva neoliberal a escola do conhecimento e da aprendizagem é substituída por uma por uma escola funcional, "prática", aligeirada, voltada exclusivamente a suprir força de trabalho útil para o mercado.

De outra perspectiva, tem-se a ideia de uma educação do campo apresentada pelos diversos sujeitos do campo.Em 1998, movimentos e organizações como CNBB, MST, Unicef, Unesco e UnB, se reuniram na primeira conferência nacional para debater a educação do campo (Kolling, Néry, Molina, 1999).

Os educadores, com suas experiências, mostram que o campo existe e está vivo, que está acontecendo um movimento social e cultural e também, junto a ele, um movimento educativo renovador. Esses educadores e os movimentos de que fazem parte estão atentos, sensíveis às dimensões culturais e identitárias que esses movimentos criam e anunciam, tentam construir uma educação básica que dê conta desse movimento social, cultural e identitário. (Kolling, Néry, Molina, 1999, p. 8)

Nesse sentido, nota-se que a luta pela educação do campo é contra hegemônica e se constitui de forma coletiva, de modo que as práticas educativas atendam as necessidades, saberes e práticas dos povos do campo.O direito pela educação do campo se constituí como forma de assegurar a formação básica, aos trabalhadores e trabalhadoras do campo (Santos, 2017).

Nesse sentido, a Educação do Campo assume sua particularidade, que é o vínculo com sujeitos sociais concretos, e com um recorte específico de classe, mas sem deixar de considerar a dimensão da universalidade: antes (durante e depois) de tudo ela é educação, formação de seres humanos. Ou seja, a Educação do Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da população trabalhadora do campo e, mais amplamente, com a formação humana. E, sobretudo, trata de construir uma educação do povo do campo e não apenas com ele, nem muito menos para ele. (Caldat 2008).

Mônica Molina (2009), enfatiza,

> Na sua origem, o 'do' da Educação do campo tem a ver com esse protagonismo: não é 'para' e nem mesmo 'com': é dos trabalhadores,

> educação do campo, dos camponeses, pedagogia do oprimido. Um 'do' que não é dado, mas que precisa ser construído pelo processo de formação dos sujeitos coletivos, sujeitos que lutam para tomar parte da dinâmica social, para se constituir como sujeitos políticos, capazes de influir na agenda política da sociedade. Mas que representa, nos limites 'impostos pelo quadro em que se insere', a emergência efetiva de novos educadores, interrogadores da educação, da sociedade, construtores (pela luta/pressão) de políticas, pensadores da pedagogia, sujeitos de práticas. (Molina, 2009, p. 41).

Diante do exposto, notamos as diferenças entre a educação neoliberal que forma para o mercado e a educação do campo que forma para emancipação dos sujeitos. Mas, nos inquieta uma questão: A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como importante mecanismo legal para a educação, que estabelece diretrizes curriculares que integram as competências e habilidades que os alunos deverão possuir ao longo do processo formativo, atende a que modelo de Educação?

4. Conclusões

A presente pesquisa pôde compreender que o agronegócio na educação do campo está intrinsecamente ligado à consolidação do neoliberalismo nas políticas educacionais brasileiras, principalmente após a implementação da Base Curricular (BNCC) e do novo Ensino Médio. Durante o levantamento bibliográfico, identificamos que as reformas interligam as necessidades básicas dos estudantes, corroborando para a mercantilização educacional a partir da performatividade utópica no horizonte distinto da educação brasileira.

5. Principais referências

CALDART, Rosali, Salete; Educação do campo: notas para uma análise de percurso. Paz e terra, p. 38 a 48, 2009.

CALDART. Roseli. Dicionário da educação do campo. Escola politécnica de saúde Joaquim Venâncio expressão popular, p. 81, 84, 2012. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 167-186, jan./mar. 2015. Editora UFPR JESUS, S. M. S. A. de. Educação do campo nos governos

CALDART. Roseli. Dicionário da educação do campo. Escola politécnica de saúde Joaquim Venâncio expressão popular, p. 81, 84, 2012.

CORRÊA, Rubens Arantes. Políticas da educação básica. Batatais, SP: Claretiano, 2013. 186 p. DANTAS, Jéferson Silveira. A Base Nacional Comum Curricular Do/No Ensino Fundamental e seus Impactos no Trabalho e na Formação Docente. Sobre Tudo, v. 10, n. 1, p. 47-69, 2019.

DANTAS, Jéferson Silveira. A Base Nacional Comum Curricular Do/No Ensino Fundamental e seus Impactos no Trabalho e na Formação Docente. Sobre Tudo, v. 10, n. 1, p. 47-69, 2019.

JESUS, S. M. S. A. de. Educação do campo nos governos FHC e Lula da Silva: potencialidades.

KOLLING, Jorge, Edgar; NERY, Irmão; MOLINA, Mônica, C. Por uma educação básica do campo. editora eletrônica, p. 8 a 20, 1999.

LIBÂNIO, Carlos, José; FREITAS, Raquel, A.M. Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar. Espaço acadêmico, p. 24, 26, 2018

OLIVEIRA, F.P; ARAUJO, L. A; SILVA, P. R; DO MATOPIBA À BNCC: questão agrária, educação do campo e currículo em tempos de neoliberalismo extremado. Revista de Políticas Públicas, vol. 24, pp. 294-311, 2020. SANTOS, Arlete Ramos. Educação do campo E agronEgócio: TErriTório dE dispuTas. Educação em Revista, v. 18, n. 2, p. 71-91, 2017.

SANTOS, Ramofly, B. HISTÓRIA DA EDUCAÇAO NO BRASIL: o protagonismo dos movimentos sociais. Teia, p. 215, 2017.